

Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAUBATÉ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TAUBATÉ – APAE, PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO DA APAE.

O **MUNICÍPIO DE TAUBATÉ**, por intermédio da Prefeitura Municipal de Taubaté, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.176.005/0001-08, com sede Av. Tiradentes, 520, Centro, Taubaté – SP, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representado pelo Chefe do Executivo Municipal, Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Junior, e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TAUBATÉ - APAE**, inscrita no CNPJ sob nº. 72.286.040/0001-52, com sede na Estrada Antônio de Angelis, 801, Bairro Cataguá, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Marco Antonio Soares de Aquino Tolomio, RG nº. 13.651.042-5 e CPF nº. 042.393.488-03, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto pela Lei Federal nº. 13.019/2014 e suas alterações; Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais - Resolução CNAS nº 109/2009; Norma Operacional Básica do Sistema Único – NOB/SUAS/2012; Norma Operacional Básica – NOB/RH SUAS/2006; consoante o **Processo Administrativo nº 34.902/19 - Inexigibilidade de Chamamento Público nº. 291/19**, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I - O presente Termo de Colaboração, decorrente de Inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto a Revitalização das Unidades de Acolhimento da APAE, detalhado no Plano de Trabalho, mediante recurso proveniente de emenda impositiva nº. 316.

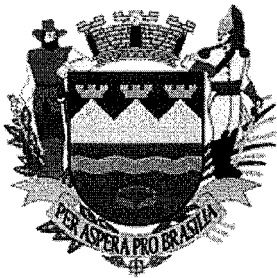
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a - efetuar à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** o repasse para custeio do objeto desta Colaboração, no valor total de **RS 10.000,00 (dez mil reais)**, através do depósito bancário em Conta Corrente específica, utilizada pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** para execução do presente Termo de Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes, referentes às despesas efetuadas;

b - liberar os recursos por meio de transferência eletrônica, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração;

c - acompanhar, supervisionar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** em decorrência desta colaboração, bem como apoiar



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

tecnicamente a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na execução das atividades objeto desta colaboração;

d - promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto do Termo de Colaboração;

e - assinalar prazo para que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

Parágrafo Único - É obrigação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da colaboração.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a - executar o objeto da colaboração estabelecido na Cláusula Primeira, conforme Plano de Trabalho;

b - zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social vigente;

c - manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas aos objetivos desta Colaboração;

d - comunicar, de imediato, à SEDIS, paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento e nas atividades prestadas;

e - comunicar previamente à Prefeitura Municipal de Taubaté mudança de endereço;

f - elaborar e executar sua proposta social, respeitadas as diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Política Nacional de Assistência Social – PNAS, NOB/SUAS, NOB/RH SUAS; Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais – Resolução CNAS N° 109/2009 e legislações específicas ao Serviço;

g - recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Colaboração;

h - apoiar e integrar, num esforço conjunto com os demais órgãos do Sistema, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

i - atender eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

j - aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;

k - manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;

l - prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

m - manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

n - dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

o - divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

Parágrafo Único - As informações deverão incluir, no mínimo:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - descrição do objeto da parceria;

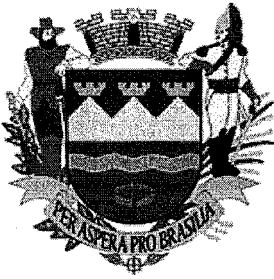
IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

VI - quando vinculados a execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

p - responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;

q - responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

r - apresentar mensalmente a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, relatório mensal de desempenho das metas e as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal;

s - apresentar mensalmente à Auditoria Geral a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente termo de colaboração, bem como a documentação comprobatória, conforme consta no Manual de Prestação de Contas, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O valor total da presente parceria é de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, recurso proveniente de Emenda Parlamentar, onerando a conta da dotação orçamentária nº. 25.04.00.44.50.42.08.243.4002.2128, Fonte 08, Código Aplicação 500.0007, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEDIS, devendo ocorrer o repasse do recurso financeiro em até **02 (dois) dias úteis**, em **parcela única**, tão logo assinatura do presente ajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

I - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme previsão de aplicação de recurso, contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

II - os recursos repassados, conforme Cláusula TERCEIRA, poderão ser aplicados de acordo com o seguinte item:

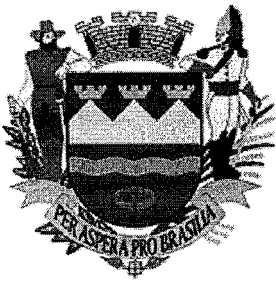
a - equipamentos;

Parágrafo primeiro - A aplicação dos recursos desta Cláusula está detalhada e definida conforme Plano de Trabalho;

Parágrafo segundo - É vedada a aplicação de valores advindos da parceria em quaisquer despesas não previstas nos itens “a” desta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA - DOS SALDOS DA COLABORAÇÃO

Os saldos do presente Termo de Colaboração, enquanto não utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo primeiro - As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste termo de colaboração e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

Parágrafo segundo – Quando não utilizado em sua totalidade os recursos, estes serão devolvidos ao término da colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da colaboração não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III - quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

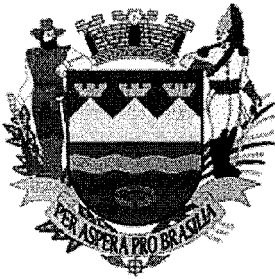
IV - quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social - SEDIS ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o cronograma de Atividades, previamente apresentado ao Município.

V - por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

I – o presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

II - fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

- a - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- b - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- c - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- d - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- e - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- f - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- g - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

- I – O presente Termo de Colaboração apresenta **vigência até 31/12/2019**, a contar da data de sua assinatura, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
- II - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
- III – A prorrogação a que se refere o item anterior deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

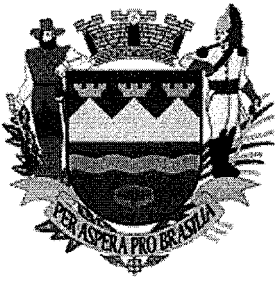
CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades.

Parágrafo único – A inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO GERENCIAMENTO DA PARCERIA

Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEDIS, coordenar as obrigações decorrentes deste Termo de Colaboração.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº. 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

a - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c - valores efetivamente transferidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL;

d - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

e - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados.

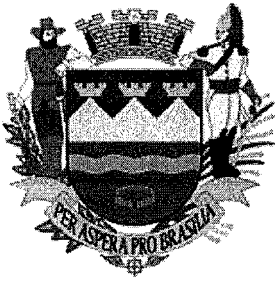
II - a prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a qual deverá conter:

a - relatório de pagamentos, notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e número do Processo Administrativo que norteia o presente Termo de Colaboração;

b - cópias dos recibos de pagamentos devidamente quitados pelos funcionários;

c - notas fiscais eletrônicas e RPAs devidamente atestados pelo Presidente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

d - extratos bancários das contas corrente e aplicação exclusivas para o projeto e respectiva conciliação bancária;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

e - guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);

f - todas as despesas realizadas deverão ser pagas por meios eletrônicos, devendo ser apresentados os comprovantes das operações realizadas;

g - de acordo com o Protocolo ICMS nº 85 de 09/07/2010, estão obrigadas a emitir nota fiscal eletrônica os contribuintes que realizem operações destinadas à administração pública direta e indireta;

h - todos os documentos fiscais originais das despesas deverão conter em seu corpo, o tipo do repasse e do número do ajuste, bem como do órgão repassador a que se referem. Deverá conter carimbo de identificação e assinatura do representante legal, extraíndo-se, em seguida, as cópias que serão juntadas nas prestações de contas. A Organização da Sociedade Civil, quando da entrega da prestação de contas, deverá apresentar as originais e respectivas cópias para conferência.

i - manifestação expressa do Conselho Fiscal da mantenedora ou da instituição de assistência social sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial.

§ 1º - serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º - a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

III - a prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

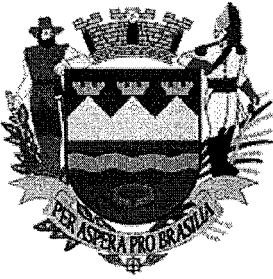
a - relatório de execução do objeto, elaborado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

b - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto.

IV - a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

a - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

b - relatório técnico de monitoramento e avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

V - os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal nº. 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

a - os resultados já alcançados e seus benefícios;

b - os impactos econômicos ou sociais;

c - o grau de satisfação do público-alvo;

VI - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL observará os prazos previstos na Lei Federal nº. 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

a - aprovação da prestação de contas;

b - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

c - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

VII - constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - o prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

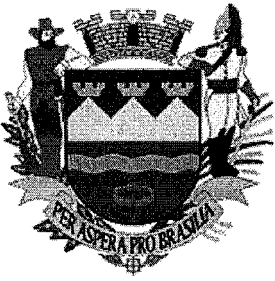
§ 2º - transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

VIII - a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único - O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

a - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

b - nos casos em que não for constatado dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

IX - As prestações de contas serão avaliadas:

a - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de trabalho;

b - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

c - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

1 - omissão no dever de prestar contas;

2 - descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

3 - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

4 - desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

X - o Administrador Público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

XI - quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

XII - durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

I - A presente colaboração poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

II - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

I - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019, de 2014, e da legislação específica, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira as seguintes sanções:

a - advertência;

b - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

c - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso “b”.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos b e c são de competência exclusiva do Prefeito Municipal de Taubaté, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

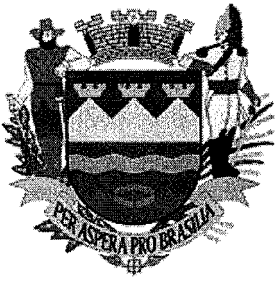
II - Prescreve em 5 (cinco anos), contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da colaboração.

III - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

IV - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL assumirá a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, em caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

I - Este termo de colaboração poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o tornem formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, nas seguintes hipóteses:



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

- a - utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b - inadimplemento de quaisquer das Cláusulas pactuadas;
- c - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d - verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

II – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que aplicar os recursos em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste termo de colaboração e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando ao ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no jornal eleito como oficial do município, a qual deverá ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Taubaté para dirimir quaisquer dúvidas e/ou controvérsias decorrentes deste termo de colaboração.

E por estarem acordes com os termos do presente instrumento, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Taubaté, 11 de outubro de 2019.

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

MARCO ANTÔNIO SOARES DE AQUINO TOLOMIO
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Testemunhas:

Meire Helley Gonçalves Sacchi
CPF: 364.424.288-77
Matrícula nº 30.945

Milena T. Coelho Berton Daniotti
Gestor da Área de Formalização
de Atos - D.T.L.
Matrícula nº 24.620



APAE

Taubaté - SP

EMENDA nº 316

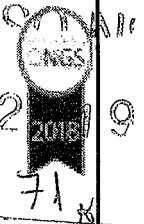
ANO 2019

[Handwritten mark]



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 521 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 32 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.



PLANO DE TRABALHO

REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO DA APAE

I – IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)

1- Nome da Entidade: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Taubaté.

CNPJ: 72286040/0001-52

Endereço: Estrada Antonio de Angelis n.º 801

Cidade: Taubaté/SP **CEP:** 12093-530 **Bairro:** Cataguá

Tel: (12) 3621 9028 Fax: (12) 3621 9029

E-mail: apaetaubate@apaetaubate.org.br

CMDCA: n.º 119 650 002.

1.1- IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL;

Presidente : Marco Antônio Soares de Aquino Tolomio.

RG: 13.651.042 **CPF:** 042.393.488.03

Profissão: Gerente de Vendas./ **Formação:** Direito

Endereço: CEP: **Município:** Taubaté-SP

Telefone: 997895905 **E-mail Pessoal:** matolomio@hotmail.com

E-mail institucional: apaetaubate@apaetaubate.org.br

Vigência do mandato: 01/01/2017 até 31/12/2019.

1.2- Identificação do Técnico Responsável:

Nome: Rosana de Carvalho Osório Silva

Formação: Assistente Social /Especialista em Saúde Mental e Coletiva.

Nº do registro profissional: **CRESS:** 48226

Vínculo empregatício: CLT/ **RG:** 21 787 722-9 **CPF:** 135 876 968 02-

Tel: (12) 981 386641/ 996 444416 **E-mail:** rosanacos@hotmail.com

Tel: (12) 3622-44 00 **E-mail:** atendimento@apaetaubate.org.br

Endereço: Estrada Antônio de Angelis n.º 801- Bairro Cataguá – Taubaté SP – CEP: 12.093-530
CNPJ n.º 72.286.040/0001-52 / **Inscrição Estadual Isenta** / **Fone-Fax** (12) 3621-9028 / (12) 3621-9029 (fax)

www.apaetaubate.org.br apaetaubate@apaetaubate.org.br



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 571 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) sob n.º 12 / inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019 / Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.

PROCESSO Nº

34.902/2019
U.P.A.G. FIS 72 M



II- Apresentação da OSC

2.1- Histórico

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taubaté foi fundada em 22/03/1965, no bairro do Cataguá, possui aproximadamente 13 alqueires de extensão, com 23 edificações distribuídas entre 20 setores: Escola, Clínica, Residência Inclusiva, Clube de Mães, Administração, Galpão de oficinas, Espaço do Chinelo, Espaço de Música, Espaço de Informática, Refeitório, Almoxarifado, Capela, Marcenaria, Quadra de Esportes, Pátio coberto, Equoterapia, Espaço de Reciclagem, Salão de eventos, Horta e Pomar. Possui a finalidade de atender a "Pessoa com Deficiência Intelectual e Síndromes" em todos seus segmentos, promovendo, protegendo e defendendo os direitos que lhe são assegurados por lei. É uma Instituição não governamental, filantrópica, de proteção especial de **média e de alta complexidade**, que atende até 270 usuários de diversas faixas etárias, dentre eles crianças, jovens e adultos, com atividades de alfabetização através da educação especial, **sala de autista**, arte-educação, **residência inclusiva**, **clube de mães**, **oficinas pedagógicas para os usuários acima de trinta anos**. Além de atendimento clínico com: neurologista, psiquiatra, psicólogo, psicopedagogo, assistente social, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, dentista e nutricionista. Recebe recurso Municipal: Subvenção PM/TTE, Recurso Federal, Secretaria da Educação, Sollo Brasil/Call Center, Cupom Fiscal e através de Eventos Beneficentes. A proposta principal da Instituição é defender todos os direitos, garantindo assim uma melhor qualidade de vida aos usuários, que são acometidos de abandono e exclusão.

III- Descrição do Projeto Proposto

3.1-Apresentação do Plano de Trabalho

A proposta de Residência Inclusiva da APAE de Taubaté, consiste na **acolhida e proteção de jovens e adultos com idade de dezoito a sessenta anos com Deficiência Intelectual e Síndromes, com quadro de comorbidade estabilizado, que não ofertem risco ao coletivo.** Prestando assistência a usuários com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, que não disponham de condições de auto sustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente. O serviço é oferecido de forma integral e contínuo, oferecendo segurança, saúde, alimentação, habitabilidade, higiene, salubridade e acessibilidade. Serviço este, que necessita da constate reposição de artigos de cama, banho e utensílios de cozinha para contribuir com a eficácia da assistência prestada.

3.2 Justificativa:

A necessidade de **revitalização das unidades de acolhimento da APAE** surgiu devido ao desgaste natural de alguns pontos dos imóveis. Os quais serão revitalizados através de substituições e adequações de portas, janelas e pinturas. Esta revitalização contribuirá com a melhor funcionalidade do espaço físico e com a melhora de qualidade de vida dos usuários acolhidos no serviço.

[Handwritten signature]



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 521 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrição no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019 / Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.

PROCESSO Nº
31902/20
U.P.A.G. FIS 73



3.3-Objetivo Geral:

- Revitalização das unidades de acolhimento da APAE.

3.4-Objetivo Específico do Serviço:

- Melhorar a qualidade de vida dos usuários.
- Melhorar a funcionalidade do espaço físico utilizado.

3.5-Público Alvo

- Usuários acolhidos no sistema residência inclusiva da APAE.

3.6-Meta de Atendimento

- 15 usuários, munícipes de Taubaté, acolhidos no serviço.

3.7-Metodologia do Trabalho- Forma de Execução das Atividades:

| Atividade | Metodologia |
|------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Atividades realizadas com aquisição do projeto | |
| Melhorar a qualidade de vida dos usuários | Revitalizar as unidades de acolhimento da APAE |
| Elevar a autoestima dos usuários | Contribuir com a valorização e o pertencimento dos usuários. |
| Atividades realizadas diariamente | |
| Triagem | Coleta de dados e entrevista com usuários e responsáveis, realizado pela Assistente Social. |
| Acolhida | Acolhimento realizado pela Assistente Social. |
| Visita Domiciliar | Realização de visitas domiciliares e intercorrências do serviço social junto aos usuários. |
| Acompanhamento Individual | Acompanhamento diário ao usuário, realizado pela Assistente Social e equipe técnica. |
| Acompanhamento da Frequência Escola | Acompanhamento diário realizado pela Coordenadora Escolar. |
| Estudo Social | Estudo documental e social diário, realizado pela Assistente Social. |
| Elaboração de relatórios/prontuários | Formalização de prontuários e relato de acontecimentos cotidianos dos usuários, realizados pela Assistente Social. |
| Grupo socio educativos | Grupos de usuários formados com a finalidade de contribuir como aspecto sócio educativo e inter-relacional, acompanhados pela Equipe multiprofissional. |
| Orientação e encaminhamento para documentação | Orientação sobre a garantia de direitos, identificação e solicitação de benefícios realizados pela Assistente Social. |
| Encaminhamento a rede pública | Encaminhamentos e acompanhamentos realizados para a |

10



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 21 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.

TRINTESSA N.º
31902/2019
U.P.A.G. HIS 74
2019

| | |
|-----------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | rede pública realizados pela Assistente Social. |
| Desenvolvimento de habilidades para convívio social | Atividades realizadas pela Assistente Social/Coordenadora/ Equipe multiprofissional. |
| Elaboração do Plano de Atendimento Individual (PIA) | Elaboração do plano de atendimento que busque acompanhar o usuário em sua individualidade, realizado pela Assistente Social/Coordenadora e Equipe multiprofissional. |

3.8- Horário de Funcionamento do Serviço:

- 24:00h- Atendimento contínuo.

3.9- Cronograma de Atividades:

| DIAS DA SEMANA | PERÍODO DA MANHÃ | PERÍODO DA TARDE | PERÍODO DA NOITE |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| SEGUNDA-FEIRA À DOMINGO. <i>O cronograma segue o mesmo critério de segunda a domingo.</i> <i>Podendo ser alterado conforme as necessidades da instituição.</i> | 6:00- Administração de medicação 7:00- Troca de plantão de cuidadores 7:30- Banho 8:00- Desjejum- Café da manhã) 8:30- Escola 10:00- Atividade Recreativa e observação técnica (Coordenadora e Assistente Social) 11:30- Almoço 12:30- Higiêne bucal | 13:00- Escola 14:00- Administração de medicação 15:00 Lanche 16:00- Atividade Recreativa 17:00- Banho 18:00- Assistência de enfermagem | 19:00- Troca de plantão de cuidadores 19:30- Jantar 20:00- Higiêne bucal 21:00- Atividade livre (TV, Conto de histórias) 22:00- Administração de medicação e Repouso. |
| <p>*Os usuários realizam atendimentos clínicos e atividades com a equipe multidisciplinar no contraturno escolar.</p> | | | |

Handwritten signature



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria nº 521 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o nº 119 650 002.



- *Os usuários que não frequentam a escola, ficam na residência com os cuidadores e realizam atendimentos clínicos e atividades com a equipe multidisciplinar.
- Os passeios externos são realizados nos períodos de férias, descrito no cronograma anual.

Cronograma Mensal

| Meses | ATIVIDADES | COLABORADORES |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Janeiro | Colônia de férias e passeio externo. Cronograma de visitas e saídas para o Fortalecimento de Vínculos. | Equipe APAE |
| Fevereiro | Atividade de volta às aulas e Atividade carnavalesca (preparação e baile de carnaval). | Equipe APAE |
| Março | Gincana e atividades de inclusão social comemoração da Páscoa. | Equipe APAE |
| Abril | Atividades internas. | Equipe APAE |
| Mai | Festividade dos dias das mães. | Equipe APAE |
| Junho | Atividades internas e comemoração de festas juninas. | Equipe APAE |
| Julho | Colônia de férias com atividades recreativas e passeio externo. | Equipe APAE |
| Agosto | Atividades internas, atividades do dia dos pais, comemoração à semana do deficiente intelectual. | Equipe APAE |
| Setembro | Semana comemorativa à Independência. | Equipe APAE |
| Outubro | Semana comemorativa ao dia da Criança. | Equipe APAE |
| Novembro | Atividades internas | Equipe APAE |
| Dezembro | Atividade Natalina. | Equipe APAE |

3.10- Condições e formas de acesso de usuários e famílias:

Condições de Acesso: Jovens e adultos com idade de dezoito a sessenta anos com Deficiência Intelectual e Síndromes, com quadro de comorbidade estabilizado, que não ofertem risco ao coletivo.

[Handwritten signature]
05



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual nº. 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal nº. 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria nº 527 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. nº. 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. nº. 01 / Federação Nacional das APAES Sob. nº. 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o nº 119 650 002.



Forma de Acesso: Os usuários são encaminhadas pelo CREAS para a APAE/Taubaté, onde é realizada a triagem multiprofissional no Sistema Clínico da Instituição, com Assistente social, Coordenador de Residência, Psicólogo, Neurologista e Psiquiatra.

3.11 -Identificação das Instalações Físicas:

a- A Instituição disponibiliza duas residências, sendo feminina e masculina, com prédio privado.

| Infra Estrutura das Residências | Quantidade |
|----------------------------------|------------|
| Número de sala de visita | 02 |
| Número de sala refeitório (copa) | 02 |
| Número de cozinha | 02 |
| Numero de banheiro | 04 |
| Número de varanda | 02 |
| Número de quartos | 06 |
| Número de área de serviços | 02 |
| Número de lavanderia | 02 |
| Número de brinquedoteca | 02 |

b- Mobiliário e Equipamentos das Residências:

| MOBILIÁRIOS | Nº | EQUIPAMENTOS | Nº |
|-------------|----|------------------|----|
| Mesas | 02 | Computadores | 04 |
| Cadeiras | 20 | Impressoras | 01 |
| Armários | 08 | Aparelhos de Fax | 01 |
| Estofados | 06 | Telefones | 03 |
| Camas | 15 | Geladeira | 02 |
| | | Televisores | 02 |
| | | Ventiladores | 02 |
| | | Fogão | 02 |

[Handwritten signature and initials]

3/002/2019



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual nº. 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal nº. 897 de 15.10.1965 / **Registros:** Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria nº. 521 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. nº. 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. nº. 01 / Federação Nacional das APAES Sob. nº 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o nº 119 650 002.



3.12-Metas a serem atingidas:

| Metas | Atividades | Temporização | Resultados Alcançados |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento da autoestima. | - Revitalização das unidades de acolhimento da APAE | -Contínuo | -Melhor qualidade de vida da pessoa com deficiência. -Valorização e pertencimento. - Melhor funcionalidade do espaço físico utilizado. |

IV-Monitoramento e Avaliação:

4.1- Monitoramento

| Objetivos específicos | Ação |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| • Melhorar a qualidade de vida dos usuários. | Proporcionar a revitalização das unidades de acolhimento. |
| • Melhor funcionalidade do espaço físico utilizado | Substituições e adequações de portas, janelas e pinturas. |
| Resultados Esperados | |
| Qualitativos | Quantitativos |
| <ul style="list-style-type: none"> Assegurar os Direitos; Resgate da autonomia. | 15 usuários |
| Profissionais Envolvidos | Pedreiro, Servente, Pintor, Diretor de Patrimônio, Assistente Social, Psicólogo, Coordenadora. |

4.2- Avaliação :

| Impacto social esperado | Indicadores de avaliação | Meios de verificação |
|------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|
| Melhora da autoestima e da qualidade de vida dos usuários. | Ambiente agradável, Empoderamento, satisfação, sensação de bem-estar e conforto. | Monitoramento e Observação. |
| Melhor funcionalidade do espaço físico utilizado. | Facilidade em acessar os ambientes e manusear as janelas, portas . | Monitoramento e Observação. |

[Handwritten signatures and marks]

34902/2019



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATE

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 527 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.



V-Quadro geral de recursos humanos

| Quantidade | CARGO/FUNÇÃO | VINCULO | CARGA HORÁRIA Semanal |
|------------|--------------------------------|----------|-----------------------|
| 2 | Serviços Gerais PMT | CLT | 12/36 |
| 2 | Serviços Gerais | CLT | 40 |
| 2 | Serviços Gerais - Cota empresa | CLT | 20 |
| 14 | Serviços Gerais | CLT | 12/36 |
| 2 | Ajudante de Cozinha | CLT | 40 |
| 2 | Coord. Pedagógica | CLT | 40 |
| 6 | Professores | CLT | 20 |
| 2 | Professores | CLT | 40 |
| 4 | Professores PMT | CLT | 40 |
| 2 | Professores PMT / Eventual | CLT | 4 |
| 1 | Monitor de Artes | CLT | 40 |
| 7 | Monitor | CLT | 40 |
| 1 | Coord. Residência/Enfermeira | CLT | 40 |
| 2 | Assistente Social | CLT | 30 |
| 1 | Professora de Ed. Física | CLT | 40 |
| 1 | Aux. Enf. Folguista | CLT | 40 |
| 4 | Auxiliares de Enfermagem | CLT | 12/36 |
| 1 | Fonoaudióloga | CLT | 24 |
| 1 | Nutricionista | CLT | 16 |
| 1 | Terapeuta Ocupacional | CLT | 30 |
| 1 | Encarregada RH | CLT | 40 |
| 1 | Encarregado de Manutenção | CLT | 40 |
| 1 | Almoxarife | CLT | 40 |
| 1 | Psicopedagoga Clinico | CLT | 40 |
| 2 | Psicologa | CLT | 40 |
| 1 | Motorista | CLT | 40 |
| 1 | Contador | CLT | 40 |
| 1 | Encarregada de Covênios | CLT | 40 |
| 3 | Aprendiz Legal | CLT | 20 |
| 1 | Encarregada do Financeiro | CLT | 40 |
| 4 | Controlador de Acesso | CLT | 12/36 |
| 1 | Médico Psiquiatra | CLT | 4 |
| 1 | Diretora ADM | CLT | 40 |
| 1 | Professora de Artes | CLT | 20 |
| 2 | Fisioterapeuta | CLT | 24 |
| 1 | Dentista / Parceria | PMT | 12 |
| 1 | Médico Neurologista | CLT | 4 |
| 1 | Assistente de Manutenção | CLT | 40 |
| 1 | Advogada | Autônomo | |
| 84 | Total Funcionários | | |

Endereço: Estrada Antônio de Angelis n.º 801- Bairro Cataguá - Taubaté SP - CEP: 12.093-530
 CNPJ n.º 72.286.040/0001-52 / Inscrição Estadual Isenta / Fone-Fax (12) 3621-9028 / (12) 3621-9029 (fax)

www.apaetaubate.org.br apaetaubate@apaetaubate.org.br

[Handwritten signature and initials]



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual nº. 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal nº. 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria nº 52 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. nº 12 / inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. nº. 01 / Federação Nacional das APAES Sob. nº 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o nº 119 650 002.



VI- Plano de Aplicação do Recurso Financeiro da Parceria: Aquisição

O recurso recebido será de R\$10.000,00(dez mil reais), que financiará:

| Período | Quantidade | Itens de Despesa | Valor do item | Valor Total |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------------------------------------------------------------|---------------|---------------------|
| 1ª Etapa 1-Recebimento do repasse financeiro. 2-Contratação de mão de obra. | 02 | Janelas (c/vidros temperados) | R\$ 1.100,00 | R\$ 2.200,00 |
| | 01 | Porta (Batente e folha) | R\$240,00 | R\$240,00 |
| | 05 | Porta (folha) | R\$ 125,00 | R\$ 625,00 |
| | 05 | Fechaduras | R\$150,00 | R\$ 750,00 |
| | 06 | Carranca (par) | R\$50,00 | R\$ 300,00 |
| 2ª Etapa 1-Aquisição de materiais. 2-Execução da Obra. | 02 | Ducha Higiénica | R\$ 250,00 | R\$500,00 |
| | 08 | Tampa de vaso sanitário | R\$75,00 | R\$ 600,00 |
| | 100 metros | Madeira (proteção de parede contra impacto de cadeiras de rodas) | R\$ 6,00 | R\$600,00 |
| | 05 | Cimento | R\$22,00 | R\$ 110,00 |
| 3ª Etapa 1- Pintura 2- Limpeza | 03 | Cal (reboco) | R\$10,00 | R\$ 30,00 |
| | 01 metro | Areia | R\$250,00 | R\$ 250,00 |
| | 01 | Pia c/coluna | R\$150,00 | R\$ 150,00 |
| 4ª Etapa 1-Prestação de Contas. | 01 | Torneira de lavatório | R\$50,00 | R\$50,00 |
| | 01 | Mão de obra | R\$2.200,00 | R\$2.200,00 |
| | 04 | Tinta Acrílica | R\$370,00 | R\$1.480,00 |
| VALOR TOTAL | | | | R\$10.085,00 |

Handwritten signature



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAUBATÉ

Declarada Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 87.061 de 29.03.1982 / Lei Estadual n.º 1.023 de 09.08.1976 / Lei Municipal n.º 897 de 15.10.1965 / Registros: Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) Portaria n.º 521 de 05 de agosto de 2011 - D.O.U. de 11.08.2011 / Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Sob. n.º 12 / Inscrita no Órgão Gestor da Assistência Social Sob. n.º 01 / Federação Nacional das APAES Sob. n.º 019/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o n.º 119 650 002.



VII- Quadro sintético do cronograma financeiro para a prestação do serviço.

* O recurso financeiro será liberado de acordo com o repasse municipal, em parcela única, no valor de R\$10.000,00(Dez mil reais).

*Contra partida da instituição R\$ 85,00 (Oitenta e cinco reais).

Rosana de Carvalho Osório Silva
Rosana de Carvalho Osório Silva
Assistente Social

Marco Antônio Soares de Aquino Tolomio
Marco Antônio Soares de Aquino Tolomio
Presidente

Taubaté, 15 de Maio de 2019.

07